

AUDIÇÃO PÚBLICA – 13 de Outubro de 2006

João Proença
Manuel Carvalho da Silva

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao Conselho Nacional de Educação o convite que me foi dirigido e também felicitá-lo por esta iniciativa. Parece-me que este conjunto de debates e de iniciativas se realiza num período algo alargado, ainda que curto para debater problemas com esta complexidade.

Com certeza que vão sair daqui linhas de orientação, às quais os decisores políticos e os próprios parceiros sociais não deixarão de prestar a máxima atenção, com o objectivo de se melhorar a educação portuguesa. O desafio é, pois, responder a algumas preocupações que têm a ver directamente com o meu trabalho. Tentarei fazê-lo nos quinze minutos que me concederam.

Começo por dizer que, neste momento, em termos de diagnóstico, há dois aspectos que não podemos ignorar. Por um lado, o de que é hoje reconhecida a importância da educação, não só como um direito fundamental dos jovens, mas também como um factor essencial para o desenvolvimento económico e social do País. É hoje consensual que se não melhorarmos os níveis de educação e de formação da população em geral não seremos capazes de vencer os desafios, nomeadamente, os da competitividade. Por outro lado, é igualmente claro que, de facto, os professores atravessam um momento extremamente difícil, pois tem havido um ataque generalizado à classe docente, através de acusações sem qualquer justificação. É preciso dizer que em todas as profissões há bons e maus profissionais; contudo, um ataque generalizado aos professores torna-se profundamente injusto e não faz qualquer sentido.

À partida, existe o reconhecimento de que o sistema educativo funciona hoje muito melhor do que funcionava há uns anos. Houve apostas no desenvolvimento da escolaridade básica, mas não se ficou só por aí. É um facto que a escola em geral assegura hoje à população portuguesa um melhor nível de educação. Há ainda problemas e um deles passa, necessariamente, pela atenção a prestar à qualidade do sistema educativo. Outro é a questão do abandono escolar, patente nos números que nos

¹ Secretário-Geral da UGT.

envergonham face à realidade europeia. Outro, ainda, é a questão dos recursos, já que o desafio que a educação portuguesa enfrenta não é tanto, ou apenas, o da escassez de recursos, mas o de melhor utilização dos recursos existentes. Perceba-se que não quero dizer que não haja escassez de recursos... Esperemos que no Quadro de Referência Estratégica Nacional se equacione devidamente esta questão.

Por tudo isto, identificarei dez pontos que procurarei abordar resumidamente.

Primeiro, a importância do factor estabilidade. Hoje não estamos perante um problema de reforma geral do sistema educativo, mas perante mudanças que procuram responder às necessidades específicas. As reformas produzem efeitos a médio e a longo prazo.

O segundo ponto, que me parece central, ainda que muitas vezes não seja abordado, tem a ver com a gestão. Em Portugal existe um problema sério de gestão. É comum ouvir-se dizer que os trabalhadores portugueses são muito menos produtivos que a média dos trabalhadores da União Europeia, mas quando analisamos as empresas multinacionais verificamos que têm igual nível de produtividade. Então, um problema básico que se reconhece tem a ver com a gestão. Se olharmos para o sistema educativo, também encontramos o mesmo problema: na gestão geral do Ministério, na gestão das diferentes unidades orgânicas, na gestão das escolas do ensino básico e secundário, na gestão do ensino superior. Logo, atacar este problema de gestão parece-me central. É evidente que devemos proporcionar melhor qualificação aos trabalhadores, às pessoas que exercem funções de gestão, e ao mesmo tempo temos de olhar para os problemas de centralização *versus* os de autonomia das escolas, de responsabilização dos gestores e, ainda, de aumentar a participação da comunidade local.

A necessidade de continuar a aposta na modernização é um terceiro ponto a considerar. Na administração pública tem havido algumas mexidas, mas não tem havido uma aposta clara e profunda na sua modernização. No sistema educativo registam-se esforços importantes, que têm de ser reconhecidos, mas é fundamental continuar na melhoria dos espaços em ligação à redefinição da rede escolar, atendendo à diminuição do número de

alunos do ensino básico. Aqui a grande aposta tem de se virar para o crescimento acentuado do número de alunos, quer no ensino secundário, quer no ensino superior. Ainda em matéria de modernização, há que ter em conta a aposta no aumento dos laboratórios, das oficinas e dos equipamentos informáticos. Lembro que na reforma do Professor Veiga Simão (aqui presente) o que estava em causa era a criação do ensino unificado. Mas na prática “licealizou-se” o ensino, com destruição do ensino técnico e, conseqüentemente, fecho de oficinas e de laboratórios. Hoje, é fundamental uma maior aposta em termos de equipamentos científicos nas escolas, bem como de novas tecnologias que respondam à sociedade da informação. A aposta na sociedade da informação tem de ficar associada à formação dos docentes no que se refere à utilização das novas tecnologias.

Um quarto ponto é o da melhor ligação da educação ao mundo do trabalho. Se é certo que a escola deve formar bons e melhores cidadãos, ela não tem formado convenientemente os jovens para o mundo do trabalho. Os jovens, em geral, não têm saído da escola com adequadas qualificações profissionais, com excepção da maioria dos jovens que completam o ensino universitário. A nível do ensino secundário não tem havido uma aposta continuada e adequada. É evidente que se fez alguma coisa. Estive com o Doutor Joaquim Azevedo na primeira Comissão Nacional de Aprendizagem. Criaram-se escolas profissionais e algum ensino técnico. As escolas desenvolveram experiências, a nível do ensino profissional e do técnico-profissional. A aposta nessa matéria tem de continuar, mas o desafio é que a escola possa assegurar a todos os jovens, a nível nacional, um ou dois anos de formação qualificante, no fim da escolaridade obrigatória. Importa ainda discutir a actual centralização da decisão das ofertas formativas, na medida em que elas devem ser mais ajustadas às realidades locais e às condições do tecido económico, a nível local. Não pode ser um Ministério em Lisboa a decidir estas problemáticas. O Ministério terá que coordenar efectivamente, até para não haver desajustamentos na rede, mas tem de promover o envolvimento da comunidade local aquando da definição das ofertas formativas.

O quinto ponto relaciona-se com o combate ao abandono escolar, porque ele é dramático em Portugal. Nesta matéria, quando fazemos

comparações internacionais no quadro da União Europeia, ficamos envergonhados. Estamos com níveis que ultrapassam praticamente o dobro daquilo que é a norma: 20 % dos jovens abandonam a escola sem concluir a escolaridade obrigatória. São números preocupantes que merecem ser fortemente atacados. É claro que as causas do abandono escolar não têm de ser unicamente assacadas à escola, pois têm a ver com a família e com a comunidade. Mas quando há abandono escolar, não há efectiva igualdade de oportunidades. Há dias li numa entrevista do Ministro da Educação finlandês que 99,7 % dos alunos na Finlândia terminam a escolaridade obrigatória. Ora, em Portugal, em termos de escolaridade obrigatória, estamos nos 80 %. Como combater isto?

É este o sexto ponto: temos de apostar na generalização das creches e do ensino pré-escolar, na mobilização das famílias e das comunidades locais, nos apoios educativos aos jovens com dificuldades, para que se possa fazer frente aos problemas do insucesso escolar. Não podemos esquecer o abandono escolar muito forte, quer após o 9.º ano de escolaridade, quer durante o ensino secundário (10.º, 11.º, 12.º anos). Coloca-se aqui o problema das ofertas formativas diversificadas, a par da promoção da igualdade de oportunidades. Tais ofertas formativas diversificadas não podem ser uma espécie de discriminação contra aqueles jovens que pertencem a famílias de menores recursos. Há que encontrar uma resposta equilibrada. Esta questão liga-se com o ensino superior, na medida em que a acção do Conselho Nacional de Educação também abrange esta problemática. Tem-se detectado, nos últimos anos, um grande desajustamento entre as saídas proporcionadas pelos cursos do ensino superior e as necessidades do mercado de trabalho, traduzido num volume crescente de dezenas de milhar de desempregados que adquiriram formação superior. Num país com baixo nível de qualificações, é um desperdício de recursos que não é aceitável. Há muito que vimos reclamando a publicação de dados que permitam aos jovens que pretendem ingressar no ensino superior que possam conhecer o grau de empregabilidade do curso pelo qual vão optar. Aparentemente, é uma medida muito simples de executar, mas continuamos a não conseguir que ela se realize. Consistiria em dar a conhecer, periodicamente, os números relativos aos desempregados com

formação superior, identificando o curso que terminaram e a instituição que frequentaram. As reservas quanto à tomada desta medida têm sido muitas. Em nosso entender, as instituições têm de se preocupar com o grau de empregabilidade dos cursos oferecidos aos alunos, pois não é possível estarem a formar jovens que vão ficar no desemprego. Esta questão prende-se com a quantidade de cursos existentes nas instituições, não esquecendo que o problema da formação de banda larga é agora mais prioritária tendo em conta o Processo de Bolonha. Estamos claramente preocupados com as respostas das instituições face ao problema da empregabilidade dos jovens, dos seus alunos, empregados ou desempregados.

Este aspecto leva-me ao sétimo ponto, que relaciono com o papel da escola, a nível do ensino secundário e do ensino superior, no que toca à formação contínua e ao desenvolvimento local, conjugando com a prioridade de se apostar na formação ao longo da vida. A única rede capaz de dar resposta, a nível nacional, ao problema da formação ao longo da vida é a rede das instituições de ensino, não é a rede dos centros de formação de entidades públicas ou privadas. O sistema de ensino tem de se envolver claramente na área da formação contínua e da formação ao longo da vida. Aliás, há mesmo áreas em que a vocação para essa formação pertence às instituições de ensino superior, politécnicos e universidades. É evidente que para pessoas que já possuem formação superior, as redes públicas ou privadas existentes, não-universitárias, não têm condições para oferecer formações mais específicas. Também ao nível da formação dos activos, ela só poderá ser generalizada no País se o sistema de ensino e a escolas se envolverem nela. A este propósito, refiro a grande preocupação que representa a reclassificação dos desempregados, em especial dos desempregados com formação superior (que, se somarmos os estagiários, atingem mais de 60 000), na medida em que se exige uma resposta forte, que atenda ao facto de haver um excesso de profissionais em determinadas áreas e de carências em outras. A reclassificação dos desempregados licenciados exige uma formação de nível superior, pós-graduação ou outra, que acrescente real valor ao curso já existente e que reoriente as pessoas para áreas de que o mercado de trabalho realmente necessita. Referem-se

com frequência as formações em tecnologias da informação, mas há outras áreas para as quais as pessoas detentoras de cursos com fracas saídas profissionais poderiam e deveriam ser reorientadas. O mesmo problema se põe no âmbito das escolas superiores de educação. Houve uma resposta tardia ao problema da diminuição da população escolar, pois as escolas superiores de educação continuaram a formar maciçamente professores para os quais já não havia saída no mercado de trabalho. Só agora se começa a dar respostas, diminuindo-se a formação inicial e aumentando-se claramente a oferta de formação contínua. Portanto, não será um problema de a escola não ter o que fazer, mas sim o de ter capacidade para orientar actividades para a formação contínua dos professores.

O oitavo ponto que importa referir é o do reconhecimento e da certificação de competências e qualificações profissionais. A aposta na área da certificação deve ser levada a sério, não só em termos de qualificações profissionais obtidas no posto de trabalho, mas também no reconhecimento das competências obtidas na escola, o que implica naturalmente a actividade da escola nesta matéria. Existem muitos activos, muitos adultos, que poderão ter competências equivalentes à escolaridade obrigatória ou até mesmo ao 12.º ano (fase seguinte dos Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências), desde que tenham algum apoio em certas áreas. A única rede nacional a intervir é a da educação. Em relação à certificação, tem havido um grande divórcio entre o Ministério do Trabalho e o Ministério da Educação. Aparentemente, está agora a tentar-se uma interligação, o sistema está a ser gerido conjuntamente pelos dois ministérios, esperando-se que resulte numa aposta positiva que permita que qualquer jovem, quando sai da escola ou ao longo da sua vida activa, e que tenha adquirido actividades de educação, formais ou não formais, possa ver reconhecidas as suas competências e qualificações, no sentido de poder prosseguir estudos ou poder integrar-se adequadamente no mercado de trabalho, incluindo a mobilidade no espaço europeu.

A avaliação das escolas é o nono ponto importante, pois somos claramente favoráveis à avaliação das escolas, feita através de mecanismos credíveis, todavia, observando-se alguns parâmetros. Um aspecto é a avaliação geral das escolas, avaliação bruta em termos do que é a

instituição; outro é saber para que serve essa avaliação. Se a avaliação das escolas se liga à avaliação dos professores, tem necessariamente que se desenvolver num enquadramento de ligação com o meio envolvente à escola, com os alunos que frequentam a escola. Quando se visa, por exemplo, a inserção no mercado de trabalho, temos de ter em conta de que zona se trata. Naturalmente que numa região onde não existem empresas, onde não há possibilidade de criação de emprego, a inserção no mercado de trabalho será muito mais difícil do que numa zona onde há um grande dinamismo empresarial. Isto quer dizer que há certos factores que devem ser ponderados na avaliação, senão o resultado poderá ser extremamente enganador. É, pois, importante relacionar a avaliação da escola com a avaliação dos professores. Quando se avalia um profissional, avalia-se em função dos resultados da sua empresa, da sua produtividade e daquilo que a empresa foi capaz de produzir, enquanto na escola estamos a lidar com o conhecimento, com a formação de jovens por vezes com grandes dificuldades educativas, não com um produto físico, pelo que esses aspectos têm de ser ponderados.

Por fim, o último ponto tem a ver com a participação dos agentes educativos, particularmente dos professores, na reforma e na modernização do sistema educativo. Os professores hoje encontram-se desmobilizados, e é evidente que não haverá uma reforma consequente sem o empenhamento directo da comunidade educativa, a todos os níveis. Os professores são parte fundamental do sistema educativo e sem eles não pode ser feita nenhuma reforma. Contudo, ela não é só feita com as pessoas directamente envolvidas no processo educativo, incluindo os órgãos de decisão política, a Assembleia da República e o Conselho Nacional de Educação. Todos têm um papel fundamental, até mesmo a sociedade civil. Como é que se assegura então a participação dos agentes educativos na reforma, particularmente dos professores? Reconheço que aqui tem havido uma dificuldade do Governo em abordar esta matéria, não só na área da educação como na área da administração pública em geral, marginalizando-se completamente os mecanismos de participação. Por exemplo, o Governo recusa que os sindicatos acedam à informação e consulta de dados em áreas como a da ADSE, ou relativos a organismos em que se pressupõe criar

excedentes, provocando mobilidades forçadas ou voluntárias. Estamos a falar em informação e consulta e não propriamente em negociação. Claro que tem de haver negociação em áreas específicas, porque se relaciona com as condições de trabalho dos agentes educativos.

Eis algumas questões que preparei para este debate, que me parece extremamente importante, no âmbito desta audição pública promovida pelo Conselho Nacional de Educação.

Saúdo todos os presentes, em particular o Conselho Nacional de Educação, na pessoa do seu Presidente, por quem tenho a maior estima, saudando o Conselho pelo trabalho que vem desenvolvendo.

Partilhamos a ideia, aqui já expressa, de que tem sido feita uma ampla mobilização dos actores. Nós próprios (a CGTP-IN) temos procurado debater no plano interno, e mobilizar professores e outros profissionais do ensino para participarem no debate. Pela minha parte, já tive a oportunidade de participar numa reflexão organizada pelo Conselho, em Setúbal. Aliás, os tópicos que aqui vos trago, já os expus, no essencial, nesse debate, embora agora os apresente recompostos e com outras dimensões.

Organizei, assim, oito tópicos que estão interligados. Digamos que o primeiro desencadeia a abordagem dos outros.

1. A situação do país e a escola

A escola não é um pólo isolado no interior da sociedade. Temos que combater a tendência das teorias e das dinâmicas deste neoliberalismo que aí campeia, que nos quer impor abordagens compartimentadas dos problemas. Aos trabalhadores dizem, por exemplo, “vocês organizem-se e defendam os vossos interesses, mas apenas olhando aquilo que se passa dentro das paredes da empresa”: tentam convencer-nos de que toda a realidade é lá, feita só com as verdades da entidade patronal, ficando os trabalhadores proibidos de olhar o exterior ou de se organizarem em relação ao exterior.

Isto passa-se na generalidade dos espaços da sociedade, e é, do meu ponto de vista, uma aberração. A sociedade é um todo. Não podemos embarcar nesta compartimentação que procura isolar o político, o económico, o social, o cultural e fechar sobre si mesmas as organizações e instituições.

¹ Secretário-Geral da CGTP-IN.

Os défices que Portugal apresenta no seu processo de desenvolvimento resultam da persistência, designadamente, de uma matriz esgotada, que não apela à formação e à qualificação. Portanto, as questões da escola são um problema geral da sociedade. Não para ser simpático, mas porque é minha convicção plena, em resultado da observação da passagem por dentro da escola, dir-vos-ei que, se quisermos fazer uma comparação entre o défice da escola e a situação geral do país, temos de concluir que, apesar de muitas insuficiências actuais da escola (que o sistema de educação tem), ela está em condições de responder a um nível qualitativo superior àquele que resulta das exigências do modelo actual de desenvolvimento da sociedade portuguesa.

A escola tem capacidades construídas pelo trabalho muito concreto dos seus actores ao longo dos anos: os professores foram os primeiros e grandes obreiros da construção dessas capacidades.

Daqui decorrem, do meu ponto de vista, mais três considerações:

i) Retomando a necessidade de combater as compartimentações, observo que para se atingir um salto qualitativo no ensino e nas qualificações dos portugueses, são indispensáveis investimentos e sensibilizações feitos a partir das várias componentes (social, económica e cultural) e dirigidas de forma adequada e diferenciada às gerações existentes.

ii) Para que as reformas no ensino vingam, exige-se mudança de políticas noutras áreas. Mas, se forem aqueles que se aproveitam dos resultados destas políticas erradas a receitarem o que querem, isso será um problema. Há um ano e meio, estava numa discussão com um destacado dirigente patronal deste país, a propósito da formação e da qualificação, e a determinada altura ele teve esta expressão: “Carvalho da Silva, mas não podemos criar a ideia a todos de que vale a pena irem fazer formação e qualificação e que depois vão ter compensações materiais, porque nós só precisamos dos que precisamos”. Esta é uma visão atrofiada, típica de quem perspectiva a manutenção e aprofundamento de uma matriz de baixos salários, de baixas qualificações, de quem não aposta em novas cadeias de valor e novas áreas para o processo produtivo e para actividades

económicas. Nos processos de mudança exige-se ter em conta estas opiniões, porque estes actores também estão no terreno, mas não nos podemos submeter às visões que transportam.

iii) A terceira observação é para vos dizer que urge mesmo tratar dos recursos das famílias (recursos de diversa ordem) e dar-lhes sinais motivadores. Em Portugal, os poucos recursos materiais de muitas famílias continuam a pesar muito nas atitudes face à escola.

2. A escola e a reprodução social

Precisamos de formar cidadãos numa sociedade em que o trabalho é estrutural e estruturante e vai continuar a sê-lo. É preciso levar os valores do trabalho para dentro do sistema educativo, na sua dimensão plena. Julgo que temos na escola uma fraquíssima abordagem dos problemas do trabalho. Eu fui à universidade já muito tarde, fiz a minha licenciatura numa escola ligada ao trabalho, e impressionou-me encontrar professores para quem a palavra trabalho, como conceito, era quase proibida. Isto é um défice incrível.

Além disso, espera-se da escola muito mais do que formar cidadãos para uma sociedade de trabalho. Aqui está uma das precauções a tomarmos perante as receitas que todos os dias nos chegam da área da economia (numa perspectiva economicista) quanto ao que querem para a escola. É preciso formação e preparação para o trabalho, aprendizagens para o trabalho, saberes para o trabalho, mas isso não chega. A escola tem de ser também espaço de formação de cidadãos plenos. O ser, a dimensão plena do ser humano, tem que estar acima de tudo.

3. Quais os problemas que, em função destas considerações, se colocam às reformas?

Antes de tudo, é preciso uma reflexão e decisão coerente sobre os conteúdos e objectivos que se propõem, com vista a promover o

desenvolvimento sustentado da sociedade. Depois, as reformas não se concretizam por exercícios de propaganda, têm que ser exercícios de mobilização e responsabilização das pessoas, dos actores individuais e colectivos. Se se insiste em considerar como reforma pegar num qualquer conteúdo, apresentá-lo bem, credenciá-lo na sociedade por mero exercício de *marketing* e está feita a reforma, persiste-se num grave erro. Isso é uma prática atrofiante que até destrói bons conteúdos.

Segundo, como é que nós conseguimos pôr as pessoas a participar face à baixa escolaridade da população e a tantas limitações que as famílias têm?

Terceiro, há que conceder prioridade à boa gestão de recursos disponíveis. É indispensável que se giram bem os recursos das escolas, mas a prioridade não pode ser centrada numa perspectiva economicista, a prioridade tem que ser de ganhos de formação e desenvolvimento sustentado. Os recursos afectos à escola não podem desaguar na especulação financeira. E todos sabemos que é preciso considerar e valorizar o papel da escola em termos de contributo para uma questão central da evolução das sociedades, que é a coesão, a coesão social, a coesão territorial e outras dimensões da coesão.

Quarto, olhemos a escola (pública em primeiro lugar) como espaço de socialização e reprodução social, como uma instituição de linguagens, de regras, de relacionamento interpessoal, de currículos, de dinâmicas pedagógicas, de papéis distribuídos a actores diversos, procurando servir todos os cidadãos solidariamente. A escola é muito centrífuga para os alunos oriundos de famílias de classes mais desfavorecidas e, portanto, há que dar centralidade ao combate ao insucesso e ao abandono escolares e à abordagem da avaliação da escola no seu todo. A avaliação dos professores deve ser encarada no contexto dessa avaliação da escola, mais ampla, não ser isolada, como faz o Governo actual, com as suas propostas. Os professores não podem ser responsáveis por responder a todos os défices que a sociedade acumula. Eles não são capazes de interpretar e de agir (em recurso) para colmatar todas as lacunas que as pessoas, as famílias, as comunidades, a sociedade apresentam actualmente.

4. Que papel se deve pedir à escola face a essas múltiplas crises?

Para se definirem caminhos de mudança, temos que olhar a situação concreta em que estão as famílias, em que estão as pessoas, em que estão os alunos, em que está a organização da vida activa do mundo do trabalho. A sociedade está atravessada por inseguranças, instabilidades e precariedades.

Não é possível identificar o papel a pedir à escola sem analisar os impactos das precariedades que campeiam no mundo do trabalho, porque as pessoas vivem do trabalho, a esmagadora maioria como trabalhadores por conta de outrem e, os que o não são, trabalhando por conta própria ou até sendo empregadores. Esta abordagem das precariedades e inseguranças e, em particular, da precariedade do trabalho, tem que ser muito mais profunda. Do meu ponto de vista, a relação entre estabilidade, segurança e democracia é uma relação que precisa ser trabalhada nos debates. Convoco então para aqui uma outra preocupação, que é a necessidade de se aprofundar a velha questão da relação entre o conceito de mudança e o conceito de conservação, depois de clarificar estes dois conceitos.

É preciso rejeitar a ideia de que está tudo a mudar a uma velocidade incrível, que nós, cidadãos comuns e as nossas instituições não temos possibilidade de controlar e, por isso, só temos de, todos os dias de manhã, vestir o fato que nos receitaram para esse dia. As coisas que o homem manipula com os seus saberes e conhecimentos estão a sofrer transformações monumentais e muito aceleradas, mas o ser humano vai evoluindo muito lentamente. Todos os dias abrimos ou lemos a comunicação social e vemos que quem der um sinal de lutar pela preservação disto ou daquilo, mesmo que tenha fortes razões, é, em regra, rotulado como estando fora da dinâmica do moderno, fora do andamento da sociedade, não está a perceber a mudança. Isto é um disparate.

5. Que escola e que exigência aos alunos?

Há tempos estava numa escola secundária, numa conferência sobre o trabalho com alunos de cursos pós-laborais. Tinha pensado que não teria muita assistência, porque as pessoas saem cansadas do trabalho e o tema trabalho, mesmo para esses, não é muito motivador. A minha surpresa foi ver o salão superlotado: mais de 50 % dos alunos dos cursos pós-laborais da escola estavam presentes na reflexão. A determinada altura, um dos participantes mais jovens insistia comigo sobre motivações ou razões para estudar. Ele estava a trabalhar e tinha sentido necessidade de ir aprender mais alguma coisa, mas ainda não tinha encontrado a razão exacta de ter feito essa opção. Respondi-lhe ancorado na convicção de que é preciso um esforço para aprender, pois o saber é uma mais-valia. Curiosamente, passados uns cinco ou seis dias, fui fazer uma conferência à Universidade da Beira Interior. O tema era mais ou menos o mesmo e, a determinada altura da discussão, um aluno levanta-se e coloca a questão: “aprender para quê?” E deu exemplos de que não valia a pena estudar. O recurso que tive foi responder: “aprender para saber”. Julgo que esta questão constitui um desafio presente a este Conselho: induzir na sociedade a ideia de que o saber é um grande ganho, mas exige sacrifício. Aliás, as contribuições dos cidadãos para a construção da sociedade, desde logo a própria participação dos cidadãos, exigem sacrifícios. Trata-se de uma mensagem muito significativa que tem de incorporar as mensagens apresentadas dia-a-dia aos alunos. Todos sabemos que quando vamos participar numa reunião podíamos fazer outra coisa que nos desse mais prazer. Para se participar é preciso tempo e esforço de pensar. Aprender e interagir dão sempre trabalho, mas há que fazê-lo.

Por outro lado, é preciso reduzir a visão utilitarista, produtivista, que hoje se coloca, por vezes em excesso, nas aprendizagens. É preciso repensar espaços e modelos educativos. É preciso uma socialização com valores. É o debate ideológico, são os conceitos e os valores que devem estar presentes nas escolas, e os professores necessitam estar preparados para isso. O debate é necessário, de forma a induzir para a escola exigências de aquisição de capacidades para interpretações da sociedade, de conceitos, de valores.

6. Afirmar a Escola Pública

Esse objectivo já aqui foi referido. Acho que não há alternativa a um grande esforço para se afirmar a escola pública em todos os seus patamares.

7. Êxitos da escola e a necessidade de uma revolução na formação dos activos

Aí está uma das componentes que, neste debate que o Conselho Nacional de Educação anda a promover, mais deve ser posta em relevo. Se não surgirem sinais positivos aos pais e aos avós dos alunos que estão hoje no início do percurso de ensino, nós não os motivamos e, portanto, não criamos ambiente (na família, nas comunidades, na sociedade) propício às mudanças que são necessárias.

Temos no país um défice imenso de formação de activos. Então esta aposta tem que ser feita. Isto convoca o quê? Isto convoca, ou devia convocar, uma reconsideração profunda sobre o formato, sobre os objectivos e, acima de tudo, sobre a execução dos planos de formação, associados à utilização de capacidades existentes na escola.

A mim não me choca – antes pelo contrário – que exista uma significativa pressão por parte dos empresários para terem apoios à formação nas empresas, desde que no contexto de um processo orientado para fazer evoluir, do ponto de vista dos conhecimentos profissionais, específicos e gerais, articulados com conhecimentos escolares, processo esse desenvolvido com seriedade e devidamente fiscalizado por entidades competentes. Digamos que as questões materiais, de interesse indispensável para os trabalhadores, até podem surgir por arrastamento, nem será preciso colocá-las à cabeça.

Entretanto, como temos milhares de portugueses, mulheres e homens, em particular jovens com preparação base mínima suficiente para serem professores, era possível utilizar e rentabilizar os seus conhecimentos e capacidades para criar uma outra dinâmica associada às reformas do ensino,

que fosse envolvente, dirigida a esta revolução da formação profissional, da formação dos activos. Isto poderia dar resultados extraordinários.

Por experiência própria, posso dar-vos muitos exemplos de utilização desta perspectiva que estou a expor. Há uns anos, visitei, no Vale do Ave, uma empresa têxtil associada ao grupo Continental, que fabrica as telas para os pneus da Mabor, e cujos trabalhadores tinham pouca formação. Nessa empresa desenvolveu-se um plano de formação que levou a uma melhoria quantitativa e qualitativa de formação. Foi um trabalho muito significativo, que passou por um investimento na formação dos activos. Em determinada fase do processo concluíram que era preciso acompanhar as aulas de formação profissional, dirigida às questões do fazer imediato, com formações de geometria descritiva, de desenho, de matemática, etc., e fizeram-no, sem gastos excessivos. A mudança foi grande. Isto podia fazer-se em muitas empresas privadas e serviços públicos e implicaria a tal mobilização de muitos professores desempregados.

8. Exigências na escola e evolução da sociedade

Tomando os últimos tópicos, permitam-me um alerta final. É preciso valorizar a escola e devemos motivar os jovens para a escola, mas observemos que começamos a ter, em Portugal como pelo mundo fora, milhões e milhões de jovens e outros que já não são tão jovens, pois já passaram os quarenta, a quem nas últimas décadas se disse “vão à escola, sejam bons alunos, porque a solução está aí, façam formação, façam qualificação”. Eles foram, cumpriram os desafios, mas a sociedade não lhes dá contrapartidas, não lhes propicia emprego, não lhes valoriza as aprendizagens, não os utiliza, etc. Isto está a provocar frustrações muito grandes e pode provocar retrocessos complexos na evolução da sociedade. Poderá dizer-se que se trata de uma expressão limite de um fenómeno que sempre existiu. Mas ele está a aumentar, e vejo-o com preocupação, porque o seu desenvolvimento exponencial resulta de uma atitude utilitarista das formações e qualificações para o trabalho. Essa atitude utilitarista desvaloriza o trabalho.

Diz-se, às vezes, que os jovens não sabem o que querem. Eu não tenho nada dessa opinião, acho que sabem muito bem o que querem. Mas, se num mundo de centralidade do trabalho, lhes é propiciado apenas precariedades e instabilidades, então, a sua atitude face ao trabalho e outras responsabilidades passa a ser outra que não a do compromisso responsável na sua prestação e valorização. Claro que se pode justificar muita coisa dizendo que hoje estamos perante a evolução tecnológica, a evolução informacional e comunicacional, que há novas dinâmicas na divisão social do trabalho e na divisão internacional do trabalho, mas as contradições que referi, neste contexto e porque são estruturais a um processo de desenvolvimento desequilibrado, vão-se manifestar e terão efeitos negativos crescentes. Quanto a isso, não tenho grande dúvida.

DEBATE

Joaquim Azevedo – Como coordenador do Debate, quero congratular-me pelo nível da reflexão dos secretários-gerais das nossas confederações sindicais. Creio que, por um lado, evidenciam um grande conhecimento do que se está a passar e uma grande atenção às questões da educação e da formação. E isso é muito importante porque, de facto, sem este investimento da sociedade na educação e formação dificilmente o país se poderá desenvolver.

Depois, por algumas análises que têm que ver com o próprio funcionamento mais interno do sistema, face ao qual estão atentos, propõem medidas muito concretas. Em todo o caso, eu ainda assim ia aproveitar a vossa disponibilidade para ir um bocadinho mais longe no aprofundamento de uma ou duas questões.

E a primeira era a questão do abandono escolar, que ambos focaram e que é um problema, de facto, quase endémico. Há vinte anos, nós tínhamos mais ou menos o mesmo discurso que tiveram aqui hoje. E a questão é essa mesma: os indicadores divulgados internacionalmente, com os quais nos espantamos hoje, já existiam há vinte anos, mas não eram objecto de divulgação, não havia tanta divulgação na comunicação social e não eram tão trabalhados em termos comparativos internacionais, mas hoje são-no e todos os dias nos massacram com a debilidade da posição de Portugal no contexto internacional.

Mas quando nós estudamos estes problemas do abandono com muito cuidado, e felizmente tem havido estudos sobre isso, verifica-se que os adolescentes e jovens que abandonam a escola, o fazem num quadro familiar, cultural, económico e social de grande vulnerabilidade social e geralmente deprimente. Portanto, são situações muito difíceis que levam a que a criança, o adolescente ou o jovem não se sinta bem na escola e a que esta não disponha de meios para combater as dificuldades que essas crianças e jovens apresentam. Por outro lado, as famílias também não têm meios para fazer face à situação e, portanto, só lhes resta, a umas e a outras, uma solução que é sair da escola, geralmente para trabalhar, mas nem sempre. Há também a questão do trabalho infantil, embora essa também seja uma questão muito importante, porque em certas zonas do país, continua a

prevalecer esse equilíbrio baixos salários/baixas qualificações, o que continua a trazer as crianças para fora da escola. Mas trá-las para fora da escola também porque as famílias pobres e muito pouco escolarizadas o aceitam. As famílias não têm expectativas elevadas relativamente à mobilidade social ascendente e, nestes casos, estamos perante um quadro de limitações sociais e escolares brutais.

Eu diria que, se daqui a dez anos tivermos um outro debate desta natureza, podemos estar a dizer exactamente a mesma coisa que estamos a dizer hoje e este é que é o drama. Há vinte anos dizíamos isto, hoje dizemos o mesmo e creio que vamos continuar a dizer, porque não estamos a atacar a questão como o deveríamos fazer. Então, como é que ela se deveria atacar para conseguirmos reduzir drasticamente estes valores, embora, como sabem, os valores, mesmo em Portugal, tenham vindo a decrescer.

Apesar das limitações e de tantas acusações de que tem sido alvo, a escola tem feito muito. Ela continua a ser o principal factor social de democratização e de progressão cultural em Portugal. Em todo o caso, ainda temos limitações muito grandes na actuação do campo escolar. O que é que sugerem? Como é que esta questão se deve equacionar no quadro social e comunitário e no quadro da escola? Isto no pressuposto de que não se cinge apenas a um campo. Como dizia, aliás, o Dr. Manuel Carvalho da Silva, estas coisas estão muito interligadas.

Manuel Carvalho da Silva – Eu não tenho muito a acrescentar. Comungo da reflexão introdutória que o Doutor Joaquim Azevedo (profundo conhecedor da Escola e dos diversos sistemas de ensino) apresentou, ao confirmar que a Escola tem feito muito. Surgiu entretanto a interrogação sobre como se pode elevar as expectativas das famílias? Trata-se de um aspecto muito concreto que também procurei referir. O outro é considerar o que conta a questão material.

Aqui há quatro ou cinco anos, uma estrutura da Liga Operária Católica convidou-me para uma reflexão sobre estas questões no Vale do Ave, em concreto em Riba d’Ave. Estávamos a conversar sobre como é isto da

formação e da mobilização para a formação e um dos participantes na reunião deu um exemplo. Ele tinha duas filhas, na altura uma com vinte e um anos e a outra com dezoito. A que tinha vinte e um anos fez o 12.º ano, fez formação profissional, queria estudar mais mas não havia meios materiais. O pai achou (não sei se ele possuía capacidade para chegar à conclusão se ela podia ou não ir para a universidade, porque esse é outro problema), talvez com razão, que ela não podia ir e não foi, apesar de ser uma excelente aluna. A irmã, de dezoito anos, fez o 9.º ano de escolaridade, não sentia motivação para continuar e abandonou os estudos, foi trabalhar precocemente. As duas estavam a trabalhar na mesma empresa, fazendo o mesmo trabalho, ganhando o mesmo: a mais velha cheia de disponibilidades e formação para fazer outras coisas, mas sem alternativas. E o pai dizia: *Como é que eu posso dizer à minha filha mais nova que tem de continuar a estudar, se ela me responde: “Mas para quê, a minha irmã mais velha anda sempre atrás dos livros e não ganha mais do que eu?”*

Esta situação é apenas pontual no nosso território? Não é!

Por tudo isto, digo que precisamos dar muita importância à discussão dos níveis salariais mais baixos, mas também a outros componentes que imponham mudanças nas condições materiais e culturais de grande parte das famílias portuguesas. Claro que não é possível o aumento generalizado e significativo dos salários de um dia para o outro, mas aí de nós se ficamos à espera que os patrões (privado e público) confirmem os resultados satisfatórios (para eles) das mudanças para nos darem melhores salários.

Existem outros campos de mudanças a trabalhar. O campo dos valores, da convicção das pessoas quanto àquilo que vale a pena, o que obriga ao cumprimento dos compromissos e das leis. E aqui, convoco uma observação que, de certa forma, já fiz: para se fazer uma grande evolução na formação dos activos, do ponto de vista do quadro legal, basta cumprir a lei. Se se cumprisse aquilo que, a partir de 1 de Janeiro de 2006 está na lei – execução do direito a trinta e cinco horas de formação, por ano, a todos os trabalhadores portugueses –, isso sustentava uma revolução profunda na formação de activos.

Não tenho uma visão negativista de tudo o que se faz na sociedade portuguesa em termos de procura de novos caminhos, seja na organização do trabalho, na formação profissional, na educação, ou no plano de investimentos, ou ainda de iniciativas empreendedoristas, para usar um termo – o empreendedorismo – que está muito em voga, mas tenha-se em conta, em primeiro lugar, as dinâmicas e práticas dominantes.

A propósito de experiências positivas, dizia há tempos a um director regional do Instituto de Emprego e Formação Profissional: *“vocês deviam ter uma equipa no terreno a observar o que é que surge de positivo nas pequenas iniciativas empresariais, porque há coisas pequenas que são criativas, que se vão fazendo e dão pistas para a criação de emprego, para o surgimento de novas actividades pontuais, que depois se transformam em actividades maiores”*. Isto não é feito, fica-se sempre na análise por cima. As empresas grandes é que merecem o essencial da atenção...!

O problema fundamental dos bloqueios da sociedade portuguesa não está nos trabalhadores, pois os trabalhadores portugueses são tão bons como os melhores. Direi até que, em vez de Ministros e Secretários de Estado virem às televisões justificar a justeza de cada medida do Governo (neste caso na área da educação), recorrendo para isso a mais uns insultos aos professores e aos trabalhadores do sector em geral, escondendo conteúdos e impactos reais das suas políticas, deviam aproveitar para abordarem, com sustentação, os problemas concretos e aquilo que tem interesse para a sociedade, ou seja, ocupar o tempo a mobilizar as pessoas para a compreensão dos processos em questão, visando a mudança, mas valorizando-as e responsabilizando-as.

As transformações fazem-se com as pessoas como elas são. Por exemplo, a Continental Mabor é uma empresa exemplar em índices de assiduidade, de produtividade e de competitividade. Uma dúzia de anos antes não era assim, era uma empresa “velha”. A mudança da Mabor fez-se com os trabalhadores “velhos”, de que se dizia muitas vezes não terem ritmo, não serem capazes de aprender. Hoje, naturalmente, predomina na empresa uma geração nova com excepcionais capacidades. Naquele universo laboral, estão agora 96 trabalhadores inscritos à espera de acesso aos novos sistemas de certificação e validação de conhecimentos para se

valorizarem. Mas porquê? Porque vêm ali contrapartidas. As suas famílias, como é lógico, estão hoje mais mobilizadas para as questões de formação e para a importância da Escola.

Quero acrescentar que as organizações patronais com as suas práticas têm, num estado de desenvolvimento como o nosso, um papel decisivo para as necessárias mudanças. São as entidades patronais quem possui autoridade e mais meios no espaço de funcionamento da estrutura económica, porque é delas a responsabilidade de direcção e a definição das opções das empresas. Nesta perspectiva, se elas não são responsabilizadas e mobilizadas, então a evolução para processos de trabalho que incorporem mais formação e qualificação não se concretiza.

João Proença – Pelo que percebi da questão, trata-se da qualificação dos activos. Aqueles números (oitenta, quarenta, vinte...) foram dados a título de exemplo e de preocupação, porque eu tenho a ideia de que, no quadro do abandono escolar os números são piores, em termos relativos, para Portugal, infelizmente.

Tal como foi focado, julgo que o problema tem na sua raiz, fundamentalmente, o problema da pobreza e da exclusão, mas reporta também à matriz cultural ainda muito arraigada na sociedade portuguesa e que consiste na desvalorização da escola. Eu lembro-me sempre daquela expressão – *de pequenino se torce o pepino* – muito associada ao trabalho infantil. As pessoas achavam que integrar um jovem com 9 ou 10 anos no mercado de trabalho era estar a dar-lhe melhores oportunidades e não a destruir o seu futuro. Portanto, o ataque tem de começar pela eliminação da pobreza e da exclusão, mas também na mudança das mentalidades. Isso significa que temos de utilizar instrumentos diversificados, a maior parte dos quais estão no exterior da escola. Mas, a escola é que é confrontada com os problemas. A escola é que acompanha os problemas. O abandono é da escola e portanto ela tem que se envolver claramente nessa questão. E as respostas têm de ser diversas. Por exemplo, o actual Ministério da Educação está a apostar nos cursos de educação/formação, mas estes cursos destinam-se a atacar o abandono ao nível do 8.º ano, enquanto que o

abandono é igualmente gravíssimo do 6.º ao 8.º ano, sendo que aquele tipo de respostas não tem qualquer efeito neste universo de alunos.

Como responder a isto? Digamos que o abandono escolar é tão ou mais grave que o trabalho infantil. As respostas devem assumir o problema como um desígnio nacional, como uma política prioritária para o Governo e para a comunidade e não apenas ser deixado à responsabilidade da escola. É evidente que a escola tem preocupações, mas também tem de ter meios para as resolver. O que se faz a um jovem que vai para escola sem pequeno-almoço? Ou que não tem almoço na escola? E se tiver dificuldades no acesso aos livros e no apoio familiar? Esses jovens terão todas as condições para virem a dar problemas. Ainda que não tenham nenhum problema relativamente a matérias escolares, terão depois um conjunto de défices que lhes dificultam a vida. A escola, no quadro da sua autonomia, tem de afectar os recursos necessários no combate ao abandono escolar e de apoio aos jovens desfavorecidos.

Depois, há também que observar o envolvimento da comunidade local. Se não se envolver a comunidade local, não se consegue qualquer tipo de sucesso. Temos, pois, a questão do respeito pelos direitos e obrigações. As famílias têm direitos e têm obrigações. E uma obrigação que têm é, de facto, garantir aos seus jovens a frequência, com sucesso, da escolaridade obrigatória. Eu lembro-me de situações há uns anos, ainda muito ligadas ao trabalho infantil, que hoje estão completamente ultrapassadas. Um jovem abandonava a escola, deixava de frequentar os cursos, e a escola limitava-se a mandar um postal para a família. A família que era conivente com isso, que tinha o tal problema cultural, não ligava nada ao postal e, portanto, a escola com um, dois ou três postais aliviava a consciência. Hoje, já não é assim, a escola também dá muito mais atenção ao problema. E se, por exemplo, um jovem deixava a escola no fim do ano e não se matriculava no ano seguinte, perdia-se completamente de vista, nunca mais ninguém se preocupava com ele. Hoje, também já não é assim, faz-se o acompanhamento destas situações, exigindo-se claramente o cumprimento dos direitos e das obrigações. No âmbito da Segurança Social têm-se criado alguns mecanismos, como os de combate à pobreza, o rendimento mínimo e outros instrumentos, que se relacionam com um quadro de obrigações das

famílias relativamente à vida escolar dos seus filhos jovens, obrigando ao cumprimento dos deveres ou, caso contrário, a sujeitarem-se às consequências.

Portanto, a actuação da escola tem de ser integrada num universo muito mais alargado de instituições de carácter público, de instituições ligadas à comunidade local, num espírito de co-responsabilização para resolver os problemas. Agora, esses indicadores têm de ser prioritários, analisados a cada momento e identificando os níveis e as razões da evolução. Os instrumentos têm de ser diferenciados, como é evidente, mas com o mesmo nível de preocupação que tivemos em relação ao trabalho infantil. O combate ao trabalho infantil não foi só um problema de vergonha nacional. Era um problema que, na altura, punha em causa algumas actividades económicas importantes neste país, por poder haver países que bloqueassem as exportações portuguesas. O problema atingiu uma gravidade tal, que obrigou a uma mobilização imediata, até porque as consequências, do ponto de vista económico, poderiam ser extremamente negativas. Não é este o caso. As consequências sociais agora são muito mais negativas, porque, como se sabe, até há algum abandono escolar que está ligado ao trabalho infantil.

Temos, pois, que ter presente, quer no abandono escolar, quer no trabalho infantil, que estão sempre a surgir novas realidades que têm de ser observadas e analisadas. Hoje, o trabalho infantil tradicional diminuiu muito, quase não existe, mas surgiram novas formas de trabalho infantil, como o trabalho domiciliário. Também o abandono escolar pode ter várias raízes, algumas muito antigas, outras mais recentes, nomeadamente, o aumento acentuado da emigração, a dificuldade de integração de jovens nas escolas, as respostas das escolas aos seus problemas, as famílias que, elas próprias, não tiveram qualquer educação e, portanto, não sentem que esta possa contribuir para alguma coisa.

Manuel Carvalho da Silva – Desenvolvi sobretudo a questão da revolução necessária na formação e qualificação dos activos e na utilização das capacidades dos nossos trabalhadores. Deixei também alguns tópicos

sobre a questão central relativa ao insucesso e ao abandono escolares e, por outro lado, às precariedades e inseguranças.

Há uma componente que não tem estado aqui muito em realce na nossa reflexão, a do desenvolvimento do trabalho técnico e científico e a sua utilização nas diversas actividades, em particular nas produtivas.

Se formos observar as empresas, constatamos que grande parte das pessoas que têm grandes conhecimentos e saberes técnicos e científicos não está a ser rentabilizada nas suas capacidades, nem valorizada. A precariedade de emprego para muitos destes trabalhadores é uma realidade concreta.

Muitos investigadores e bolseiros também têm vidas totalmente precarizadas. Há pouco tempo, estava numa reflexão com um grupo de bolseiros e constatei que, na generalidade, eles não tinham qualquer vínculo de trabalho. Alguns já tinham alguma protecção social, mas grande parte nem isso tinha. Até me davam este exemplo: quando nós vemos aí bolseiros estrangeiros, que vêm para cá com a lei da imigração, eles têm que ter um contrato, têm de ter pelo menos um mínimo de garantias, ou seja, estão em vantagem relativamente aos portugueses que não têm nenhuma e para quem a precariedade é contínua.

Nós assistimos agora a este protocolo assinado com o MIT (Massachusetts Institute of Technology), que é um facto positivo. Mas o formato com que ele surge, parece-me um formato compartimentado que pode não ter disseminação e, portanto, impactos no todo da sociedade portuguesa.

Quais os efeitos que a reprodução destas situações vai ter na sociedade?

Joaquim Azevedo – Eu queria lançar mais uma questão, que se prende exactamente com aquilo a que o Dr. Manuel Carvalho da Silva se referiu como a revolução da formação de activos, porque essa é uma área onde os sindicatos e as centrais sindicais têm uma responsabilidade muito grande. Se nós verificarmos, também aí as revoluções têm sido prometidas e

não têm sido efectivamente realizadas. E eu não sei se estamos perante mais uma revolução da formação de activos prometida mas dificilmente concretizada. Relativamente ao novo QREN (Quadro de Referência Estratégica Nacional), segundo o anúncio do Governo, comparativamente com o passado, vai haver ainda mais recursos afectos à formação. Como é que é possível pensar nesse quadro uma melhoria efectiva da qualificação dos portugueses, sobretudo dos activos, que têm tão baixas qualificações? Isso não é um problema apenas dos *Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências*, que integram uma rede, que era bastante contida e que de repente se alargou muito, para perto de trezentas unidades, e que vai alargar-se para muito mais, é também um problema de qualificação de técnicos altamente qualificados para fazerem o trabalho de acolhimento dos cidadãos pouco qualificados, de encaminhamento e de orientação.

Como é que de repente é possível fazer esta expansão sem se ter em consideração a qualificação e preparação dessas pessoas? Certamente que há muitos licenciados desempregados que podem aproveitar. Mas uma questão é essa, outra é: como se qualificam para fazer esse trabalho bem feito? Porque o que está em causa é receber o activo pouco qualificado, fazer o balanço das suas competências, encaminhá-lo, orientá-lo e depois conduzi-lo àquilo que se chama a dupla certificação, a escolar e a profissional.

Por outro lado, a certificação profissional continua a ser um desastre. Não há certificação profissional e para os senhores, que dirigem duas centrais sindicais, o que é que isso quer dizer? É apenas só porque o patronato não quer que seja feito, porque depois não quer valorizar mais os trabalhadores em termos salariais? Não me parece que seja concretamente essa a questão ou, pelo menos, que seja a mais importante. Não existe um sistema de certificação profissional em Portugal, neste momento, porquê? As centrais sindicais não se batem por isso porquê? A certificação profissional existe em sessenta profissões regulamentadas, porque é que não existe para a generalidade dos cidadãos quando as competências dos nossos trabalhadores são sobretudo competências profissionais adquiridas no exercício profissional?

E depois também, já agora, para provocar mais a vossa intervenção, gostava que abandonassem a questão da formação contínua. Há a ideia de que o problema já está resolvido, porque a lei diz que as empresas têm que proporcionar trinta e cinco horas de formação anual por trabalhador. Sabemos que a maioria das empresas não o faz e que ninguém faz com que a lei se cumpra, mas vivemos todos alegres. É mais uma das leis que não se cumpre. Sabemos bem que não é por haver esse imperativo legal que se vai agora valorizar mais o trabalho do ponto de vista profissional. Mas deveria ajudar!

A Continental Mabor faz esse esforço, não por existir o mecanismo legal, já o fazia antes, vai continuar a fazer. A SONAE também faz isso e muitas outras empresas que não vale a pena agora enunciarmos. Fazem-no porque têm necessidade absoluta de o fazer, porque a rentabilidade e a competitividade da sua actividade dependem, em larga medida, disso. E, portanto, creio que há aí outras questões que se prendem com a qualificação dos activos e com essa ideia de revolução da formação de activos, retomando as suas palavras. Nós precisamos de facto de uma profunda revolução da formação de activos.

Como é que todos podemos participar, como é que o sistema educativo, as escolas, esses *Centros de Reconhecimento e Validação*, as estruturas dos Ministérios da Educação e do Trabalho, podem ter aí um papel? Em vosso entender, onde é que está o nó da questão? Como é que nós podemos melhorar, também neste aspecto, nos próximos anos?

João Proença – O problema da formação dos activos é, de facto, muito vasto e levanta muitas questões. À partida, é preciso referir que, em Portugal, não temos tradição de formação a não ser a nível superior. São muito invocadas as escolas técnicas da altura do 25 de Abril, em 1974. Podemos falar hoje das escolas profissionais, de algumas vias qualificantes, nomeadamente, da aprendizagem, do ensino tecnológico a nível do ensino secundário... Certo é que, em Portugal, não há uma grande tradição de qualificação inicial.

A maioria dos trabalhadores portugueses aprenderam a “saber-fazer” no posto de trabalho. Eu costumo dizer que uma das grandes vantagens competitivas de Portugal é a grande capacidade de adaptação dos trabalhadores portugueses à mudança. O trabalhador português vai para a Renault em França, integra-se rapidamente no ciclo produtivo, aprende rapidamente a fazer aquilo que os outros fazem, não tendo atrás de si uma qualificação adquirida na escola. E, quanto a qualificações, o problema é, também, o de como reconhecer as qualificações obtidas no posto de trabalho, sem uma formação escolar formal. Como mudar isto, é uma questão complicada, porque não há a tradição de investir na formação, nem da parte das empresas, nem da parte dos trabalhadores.

A empresa não vê a formação como um grande investimento, com muitíssimas excepções e já foram citadas aqui algumas. A grande maioria das empresas não considera o investimento na formação; quando muito está disponível para fazer formação se for financiada por fundos públicos, em períodos de baixa actividade, quando até lhe dá jeito para pagar parte dos salários por via da formação. De facto, não é corrente ouvir-se: *“eu preciso de trabalhadores com esta qualificação. Portanto vou investir, vou desenvolver novos equipamentos... daqui a um, dois, três anos preciso que eles obtenham certas qualificações, vou-me preparar para que os meus trabalhadores evoluam e, porque preciso deles, vou investir na sua qualificação”*.

Algumas empresas fazem isso, nomeadamente as multinacionais ou empresas mais sensíveis à questão, mas a grande maioria não o faz. E da parte dos trabalhadores também há a posição: *“eu estou disponível para investir na minha formação se o resultado for, automaticamente, o aumento do salário; se não for, não estou disponível”*. Quanto muito fazem formação no horário de trabalho e, mesmo assim, com grandes dúvidas e interrogações. Os trabalhadores também têm de assumir que a formação é qualquer coisa que os obriga, que também têm de investir em formação. Há um investimento da empresa que é fundamental, mas o trabalhador também tem de contribuir, e essa é uma discussão em relação às atitudes e aos comportamentos que se impõe como sendo fundamental mudar.

Esperamos, também, que se tenha presente que a política pública de formação tem que estar orientada para a oferta de formação contínua. A política pública de formação é financiada por trabalhadores e empregadores. Ao contrário do que muitas vezes se diz – que são dinheiros públicos e do Orçamento do Estado –, a política pública de formação é financiada a nível nacional com a antiga verba do Gabinete de Gestão do Fundo de Desemprego: 5 % da taxa social única, em que 2,5 % são pagos pelos empregadores e 2,5 % pelos trabalhadores, numa proporção de 50/50.

É necessária uma reorientação dos apoios públicos para garantir o direito à formação, embora achemos que o direito à formação tenha de ser discutido de um modo um pouco diferente, nomeadamente, visando a obtenção e a melhoria das qualificações profissionais ou até a requalificação profissional. De qualquer modo, o desejo de que haja o direito de todos à formação parece-me uma questão central.

Quanto aos CRVCC, como actuam nestes processos? O *Programa Novas Oportunidades* tem o grande objectivo de criar, se não me engano, 500 CRVCC e, por essa via, melhorar-se o nível de educação/formação através da dupla certificação, para já apenas na área das competências e posteriormente também nas qualificações profissionais. Foi aqui levantado o problema de haver dificuldades em formar pessoas para fazer este reconhecimento e isso é um facto. Eu acrescentaria, a esse facto, um segundo: o de neste momento todo o pessoal dos CRVCC ser um pessoal altamente precário, a quem o Ministério não tem dado resposta em termos de estabilidade, incluindo os CRVCC que estão ligados ao sistema de formação pública. Não há qualquer tipo de resposta e de decisão relativamente a esta matéria, de modo a garantir que o núcleo técnico central, ter de ser obrigatoriamente um núcleo técnico personalizado e estável. Portanto, há um problema de qualificação das pessoas, há um problema de estabilidade, há um problema de melhor definição da gestão.

A dupla certificação é importante. Os CRVCC quebraram uma barreira, que foi ultrapassada pela primeira vez, em Portugal, em 1984, com a aprendizagem. Foi a primeira vez que o Ministério da Educação reconheceu competências académicas que não foram adquiridas exclusivamente em cursos ministrados pela tutela. Esta dupla certificação,

adquirida pela mesma via, vai reconhecer equiparação ao 9.º ano de escolaridade e esperamos que, no futuro, ao 12.º ano. Para todos os efeitos, inclui-se a possibilidade de prosseguimento de estudos às pessoas que obtiveram conhecimentos durante a sua vida activa, ainda que tenham de fazer algumas formações complementares em determinadas áreas, de curta ou de longa duração, mas sempre formações, desejavelmente, integradas no sistema educativo. Aliás, a aprendizagem actual também tem que ser mudada, porque houve um desvio muito grande relativamente ao projecto inicial. A aprendizagem supunha a alternância escola/empresa. Portanto, parte da formação era dada pela escola e a outra parte pela empresa. Acontece que a formação passou a ficar concentrada nos Centros de Formação. Acho que já não há alternância nenhuma e, mesmo quando é feita na empresa, ela está desligada da escola. A escola perdeu completamente (ou quase) a ligação à aprendizagem, quando grande parte da formação neste sistema devia estar ligada ao ambiente escolar. Volto àquela referência que já fiz: é fundamental que a escola se envolva na formação contínua, é essencial que regresse ao processo. Mas, convém referir que quando falamos em dupla certificação, da certificação de activos, estamos a falar, em relação a Portugal, não do conhecimento adquirido no quadro de uma formação formal, mas daquele que é obtido no posto de trabalho. A questão é: como reconhecer esta qualificação profissional que se obtém?

O sistema nacional de certificação está virado para isso. Eu acho que não há ausência de perfis, os perfis existem. Na prática, não há é um processo expedito de desenvolver a certificação. Primeiro, criou-se um processo totalmente gratuito com custos brutais. Fez-se uma lei que dizia que todas as pessoas ligadas a empresas de construção civil tinham de estar certificadas, portanto, uma certificação reconhecida pelo sistema, paga pelo sistema público e não pela pessoa. Resultado: todos os pequenos empresários foram a correr pedir este tipo de certificação só porque a lei o impunha. Por exemplo, os taxistas também são certificados pelo sistema sem qualquer pagamento. Julgo que este problema também tem de ser discutido, embora seja um pormenor. Isto para dizer que nunca se pensou neste aspecto de definir os tais perfis, mas tendo tudo isso em conta deve ser

criado um sistema expedito, que responda à questão, muitas vezes colocada pelas pessoas: *“eu adquirir qualificações, quero ser avaliado sobre elas para ver se me é passado um certificado profissional”*. O sistema já disponibilizou muitos meios, mas na prática não está a funcionar, apesar de existirem, há muitos anos, equipas técnicas, que até são tripartidas e com envolvimento dos ministérios. Os próprios ministérios não ligam muito ao sistema, a não ser o Instituto de Emprego e Formação Profissional. Logo, há que mudar, com urgência, esta questão.

A referência final vai para o direito à formação de 35 horas anuais. Diga-se que as 35 horas estavam concebidas para a empresa. Se a empresa não a fizesse, o trabalhador poderia, por sua iniciativa, procurar outra formação e, então, houve um acordo bilateral entre os parceiros sociais sobre esta matéria. Acordo que implica alguma reorientação dos fundos públicos relativamente aos apoios, nomeadamente, os apoios às iniciativas individuais dos trabalhadores. Esperamos, que haja aqui uma bolsa de formação e que esta questão seja agora discutida no quadro do QREN. Há, cada vez mais, a consciência que tem de se apostar na formação dos activos. A aposta na qualificação e formação inicial é decisiva e a educação é um direito básico de todos. Reconhecer o direito à formação já é uma conquista civilizacional, agora temos de conseguir que o direito à formação seja uma realidade, definindo bem a sua prática. O direito à formação para todos, não é só da responsabilidade da empresa, mas também do trabalhador e da comunidade.

Manuel Carvalho da Silva – A experiência das Escolas Técnicas deixou-nos muita coisa de positivo, embora num outro contexto, o contexto de uma sociedade e de um sistema político que não queremos, porque amputado de liberdades e com outros défices.

Eu fiz um curso numa escola técnica. Gostava de ter ido para um liceu, mas para poder estudar mais alguma coisa tinha que ser na escola técnica. Não tinha outra hipótese. O meu pai disse *“para o liceu não vais porque eu não tenho dinheiro”*. As escolas técnicas prepararam bem muitos

jovens, essencialmente os de famílias de poucos recursos, prepararam-nos para o trabalho.

Reconheço que havia qualidade e bons níveis de exigência de aprendizagem em áreas como a matemática, o desenho, a física e a química. Posso tomar a minha experiência pessoal. Fiz a admissão à Universidade vinte e sete anos depois de ter estudado matemática pela última vez, para a admissão ao Instituto Industrial. Uma amiga deu-me vinte e três aulas para eu actualizar conhecimentos. Fiz um número significativo de exercícios e lá fui a exame, donde saí com boa nota. Portanto, tinham-me dado uma formação razoável de matemática na escola técnica.

Faço esta valoração mas quero acima de tudo relevar que a concepção de escola por mim defendida, ao longo deste debate, é uma escola assente em três componentes: preparar para o ser, para o saber e para trabalhar. Mas permitam-me observar que há formação para o trabalho que só o espaço de trabalho a permite adquirir. Não é possível adquiri-la antes. Não tem qualquer sentido a ideia, que campeou por aí durante muito tempo, de o Estado com as suas estruturas de educação e formação prepararem as pessoas para entrarem num posto de trabalho e produzirem a 100 % e amanhã esse trabalho acabava e iam para outro e estavam igualmente em condições de produzir a 100 %. Há aprendizagens que só se fazem no espaço de trabalho e isto aplica-se a todos os níveis de formação.

Temos um défice de formação escolar de activos muito grande, que se relaciona com a matriz de desenvolvimento que aqui procurei analisar logo no início. Mas, também parece verdade que fruto desse défice de formação escolar, adquirimos uma mais-valia: os trabalhadores portugueses habituaram-se a superar os défices da sua formação escolar com dedicação e mais empenho no espaço de trabalho.

Permitam-me considerar mais quatro questões. Primeira: o que pode ser motivador para a formação e a utilização das certificações profissionais.

Dou-lhes um exemplo de que me lembrei agora. Aqui há um ano e tal íamos (eu, o João Proença, o Eng.º Van Zeller e o Eng.º João Cravinho) para Bruxelas, para a Cimeira do Diálogo Social, aquando da evocação dos vinte anos do diálogo social da União Europeia. Nesse avião juntou-se-nos o

Eng.º Carvalho Rodrigues, o “pai do satélite português”. Metemos conversa e, uma vez em Bruxelas, ele ofereceu-nos boleia mas disse: “*vocês vão comigo comer um pastel de Belém tão bom ou melhor que os melhores que encontram em Lisboa*”. Parámos lá numa pastelaria e veio ter connosco o português dono da pastelaria, que depois esteve a falar comigo um bocado. Fiquei a saber que ele foi trabalhador da Carris, sindicalizado no sindicato da CGTP e até delegado sindical. Depois fez um curso na área da hotelaria, adquiriu certificação profissional que aqui em Portugal não lhe serviu para nada, pois ainda fez duas ou três tentativas para se meter na área e não conseguiu. Chegou à Bélgica com o diploma que levava de uma escola portuguesa, e o diploma serviu-lhe para ser certificado e para poder criar a empresa. Esse foi o elemento que fez a diferença entre Portugal e a Bélgica em termos de oportunidade. O que aqui está em causa é a matriz de desenvolvimento do país.

Este trabalhador/empresário fez uma recuperação do espaço do prédio onde funciona a sua empresa, e tem uma padaria e uma pastelaria; produz pão alentejano que vende aos portugueses e aos belgas, em quantidades industriais e de boa qualidade; no espaço público do estabelecimento criou uma espécie de pátio alentejano muito bonito; a casa dele está no roteiro da cidade, o que é uma vantagem, oferecido pela autarquia de Bruxelas.

Outra questão: na altura da conclusão do acordo sobre a formação profissional, na véspera ou antevéspera da sua assinatura, alguns de nós estávamos a trocar impressões e dizíamos “*era interessante dizer-se, na assinatura, que não há falta de dinheiro para a formação profissional*”, e foi dito. Disse eu na intervenção que fiz em nome da CGTP-IN, disse-o o presidente da CIP (Confederação da Indústria Portuguesa). Todos de acordo. O que falta é objectividade, utilização adequada dos meios e cumprimento dos compromissos. Aliás, como foi dito pelo Doutor Joaquim Azevedo, muitas vezes o caminho a seguir está na lei, está no compromisso, mas as coisas não andam. Eu acho que este é um problema geral da sociedade que também se coloca a nós, sindicalistas, muitas vezes: para que é que se fazem acordos, se depois aquilo não é cumprido? Como é que nós vamos desatar alguns nós complicados que hoje bloqueiam, por exemplo, a contratação colectiva, se existe desrespeito dos compromissos?

Na sequência, destas questões surge o problema das prioridades. Como o Doutor Joaquim Azevedo aqui nos lembrou, as empresas grandes, bem estruturadas, bem organizadas, e que interiorizaram os desafios da concorrência e da competitividade, essas empresas têm estruturas de formação e fazem-na. Utilizam dinheiros públicos e acho bem que utilizem, desde que não haja desvios de objectivos, o que implica rigor na aplicação das verbas recebidas. No debate sobre o acordo da formação profissional houve uma predominância no discurso dos representantes empresariais, remetendo a prioridade para as grandes empresas. Mas essas, como vimos, defendem-se melhor e, além disso, estamos num país que precisa de dar uma imensa atenção às médias e às pequenas empresas. Muitos novos indicadores da estruturação da economia apontam para o reforço do número e do papel das pequenas empresas. A evolução da estrutura económica, por efeito de factores novos que emanam da ciência, da tecnologia, da comunicação, da informação, do funcionamento das empresas em rede, tudo isso, reforça a importância das pequenas e médias empresas. Então como é que nos reorientamos?

O que se devia estar a discutir seria, por exemplo, como o *Instituto de Formação Profissional* e outras estruturas e meios disponíveis – o acordo de formação até fala nisso – como é que tudo isso é reorientado para as reais prioridades! Mas este é um problema grande, porque está-se a falar de um campo de trabalho que não dá votos.

Quanto às certificações e ao funcionamento de organismos diversos, eu vejo com enorme apreensão esta onda de emprego público igual a precariedade absoluta. Começa a induzir-se um caminho de fragilização do Estado e da estrutura da Administração Pública que é preocupante. Como é que pode haver *Centros de Certificação* eficazes, se as pessoas com funções técnicas e de quem depende a qualidade e eficácia do sistema, não sabem até quando estão lá, e só sentem precariedade e insegurança. Isto não pode funcionar assim. Há hoje uma dimensão de contratos de trabalho que têm uma forte pressão sazonal, que têm durações condicionadas. Tudo isso é verdade, mas isso não se pode generalizar. Não é possível criar responsabilização sem criar alguma estabilidade e, tenhamos presente, que esta área do ensino e formação é muito sensível.

Quanto ao papel dos actores, direi que os sindicatos procuram dar sinais, mas em relação aos problemas da educação não podemos fazer muito para além de dar sinais para os trabalhadores e para a sociedade.

João Proença – Permitam-me fazer aqui uma referência às escolas técnicas e àquilo que se falou há pouco sobre a questão das 35 horas que está na lei. Também consta da lei um outro aspecto importante que não é respeitado: obrigatoriedade de as empresas terem de elaborar um plano de formação para terem acesso aos respectivos fundos comunitários. São os próprios fundos públicos que não garantem o respeito por esta posição. As empresas deviam determinar objectivos para formação dos seus activos e, conseqüentemente, apresentar uma ou múltiplas acções de formação.

Depois, para que não reste nenhum mal entendido sobre as escolas técnicas (no debate público há sempre muitos defensores das escolas técnicas), quero dizer que essas escolas formaram excelentes profissionais, só que era no final da antiga 4.^a classe, quando os jovens escolhiam a sua profissão seguindo para um ensino, que era claramente um ensino de segunda fase do ensino liceal. Foi bom que se criasse, em 1973, o ensino unificado, mas o problema é que ele nunca foi unificado, ou seja, as escolas técnicas foram pura e simplesmente desactivadas e os respectivos laboratórios e as oficinas. Perdeu-se tudo, restando apenas um ensino mais de “secretária”.

Em certa medida, as escolas profissionais actuais reproduzem o modelo do ensino técnico, ainda que com balanços diferentes e depois da escolaridade obrigatória. A escolha deve ser depois da escolaridade obrigatória. As escolas profissionais têm lacunas grandes na área do financiamento. Praticamente em todas as escolas profissionais existe o computador, o papel e o lápis. Não há propriamente formação nas áreas técnicas fundamentais tão necessárias ao País. Há pouco foi referido o caso do turismo, área onde até há uma resposta pública, há alguns laboratórios extra-escolares nos centros de formação profissional, mas na maioria das escolas não há os equipamentos necessários. Os laboratórios são uma

componente científica do ensino mas também uma componente profissionalizante. É fundamental reproduzir este tipo de equipamentos.

A escola profissional e o ensino tecnológico no sistema educativo, não podem ser considerados uma via de segunda categoria. As pessoas que escolhem os cursos gerais são aquelas que normalmente visam o acesso à universidade e um grande número deve aceder à universidade. Mas, as pessoas que quiserem frequentar cursos profissionalizantes também devem aceder à universidade. Hoje, cerca de 20 % dos alunos das escolas profissionais acabam por ingressar na universidade.

Antigamente para as escolas profissionais iam os alunos mais problemáticos, os alunos que, praticamente, não estavam em condições de seguir a via geral do sistema educativo. Hoje já não é bem assim. Agora começa a criar-se outro tipo de problema, que é o que eu chamo de concorrência desleal com o sistema educativo. Por vezes, há concorrências desleais nos nossos sistemas de educação e formação. Tenho dito muitas vezes que o sistema de bolsas deve ser revisto globalmente, porque este sistema, na área da formação inicial, introduziu uma competição desleal com o sistema educativo e, portanto, tem de ser reavaliado o modelo. Também a criação das vias qualificantes no sistema educativo introduziu concorrência desleal com as escolas profissionais. Esta questão deve ser analisada numa perspectiva global, partindo do pressuposto de que as duas vias são importantes, mas sempre na perspectiva de que só a escola tem condições de dar uma resposta massificada às necessidades, que são gigantescas.

Elisabete Oliveira – Falou-se aqui bastante, a certa altura, em mudança e conservação. Eu penso que o movimento importante será, fundamentalmente, o de actualização contínua e, portanto, isso levará a um equilíbrio de ajustamentos daquilo que se tem de mudar e conservar.

A par da actualização contínua há outro movimento que me parece estar na base de muitas falhas, com grandes consequências, é a falta de eco-compatibilização. Isto é, quando se toma uma medida não se criam depois

bases de dados do que já existia. Temos uma enorme falta de recolha desses materiais. Não se criam observatórios de como as situações se estão a desenvolver, para se ver até quando as situações são compatíveis ou quando é que o contexto não exige que haja mudanças. Dentro da complexidade do fenómeno educativo, tudo isto envolve as qualidades da complexidade, do diálogo e da longa praticidade. Portanto, a falta de diálogo entre as estruturas, a falta destes processos de eco-compatibilização vai-se repercutir e vai ter efeitos de nocividade em todas as direcções.

Há dois problemas que eu queria focar, que não vi aqui muito falados. Um deles, ligado ao tema deste debate, é o problema do currículo, quer dizer, o equilíbrio do currículo. Falou-se aqui que as formações tecnológicas não eram de segunda. Ora o que eu penso é que o equilíbrio do currículo tem estado seriamente ameaçado por medidas economicistas e, portanto, o que acontece é que toda a via de expressão, de criatividade está extremamente desequilibrada. Enquanto nós temos duas ou três disciplinas para a área de ciências, para a área de línguas, etc., nós não temos senão uma disciplina, com cento e tal anos de história, que é a Educação Visual, que se tem aguentado com grandes compromissos, mas que já está facultativa no 9.º ano. Já não se garante até à adolescência, que é quando as pessoas têm capacidade de autonomia dos seus esquemas. E no mercado também não há necessidade de valorização do capital social das expressões, do movimento, da música e do drama.

Isto está muito ligado a outros problemas, por exemplo, o da insatisfação e da falta de motivação social. Porque, realmente, ainda ontem na Gulbenkian se falava, que não é só a via ética, também a estética é fundamental para que as pessoas se integrem. Portanto, parece que algumas pessoas mais responsabilizadas estão a acordar para isso. Não foi suficiente que a UNESCO, aqui mesmo em Lisboa, tenha feito um *road map* para recomendar a todos os Estados e em todas as situações a área das expressões como condição de inclusão, e a inclusão vai até ao mercado de trabalho.

Eu tive uma experiência, em 1999, em Nova Iorque, num grande centro, e foi-me chamado à atenção para que a segunda indústria dos Estados Unidos é de ordem visual, da ordem da comunicação e da linha visual. Chamo a atenção que os países nórdicos se recompuseram em grande

parte pela linha do *design*. O que é que significa eles estarem agora a deslocar-se dos Estados Unidos para a China, para vender o que estão a fazer? O grande mercado de trabalho, inclusive, para não ir já a valores de outra ordem, está ligado a toda esta linha da expressividade e da criatividade. Este é um dos problemas de equilíbrio. Também tive uma experiência na Escola Superior de Teatro e Cinema, e tenho visto projectos de campo, de investigação-acção. O que eles têm conseguido desde o nível dos bebés até à terceira idade, por exemplo. A integração das populações de terceira idade também não é alheia a tudo isto. Há muitas vias para pegar nestes assuntos.

Isto também se liga às Ciências da Educação e ao facto do Professor José Tavares se interrogar em obra escrita: “*será que estamos numa altura de Ciências da Educação a partir da rua, a partir do que acontece no quotidiano, finalmente, ou continuaremos estanques para essa realidade?*”

O segundo problema que eu queria pôr é um problema concreto de valorização dos activos, concretamente os que estiveram na profissionalização. Formandos nossos que depois de cursos de cinco anos, muitas vezes, ou de quatro, fizeram mais dois de formação, quando acabaram não entraram nos concursos e vão entrar daqui a três anos. Entretanto, na linha de Bolonha, os que estão agora para entrar, vão fazer o segundo ciclo em dois anos, vão com um ano de avanço, digamos, ainda passar à frente de todas estas pessoas e vão equiparados a mestrado, enquanto, efectivamente, isso não é reconhecido aos outros. O que está aqui em causa é que se olhe para as formações profissionais, para a educação, que se procure um regime de transição, que se dê inclusive possibilidade a essas pessoas de fazerem uma tese que lhes dê equivalência a mestrado, etc., que se formaram mas que depois ficam no desemprego e criam sistemas de extrema injustiça.

Miguel Martinho – Sou professor mas, neste momento, estou como bolseiro da *Fundação para a Ciência e a Tecnologia* a fazer uma tese de doutoramento na Universidade de Aveiro. A grande questão aqui era *como vamos melhorar a educação nos próximos anos*. Embora tenha gostado de

ouvir os intervenientes, a pergunta continua no ar. Nós não conseguimos ter uma resposta simplista para um problema tão complexo. Aliás tudo em educação é extremamente complexo. Uma resposta simplista seria dizer “vamos demitir a Ministra” e os problemas da educação continuariam.

Os indicadores internacionais, se calhar, reflectem melhorias na educação, mas não são a melhoria da educação, como a certificação não é. Nós agora temos mais certificação de competências, mas isso são apenas reflexos de uma sociedade em mudança, que está a melhorar; são reflexos mas não são a própria melhoria. O que nós temos que mudar, a meu ver, é a sociedade e, dessa forma, podemos mudar as escolas.

Já que os oradores representam organizações laborais, queria dizer-vos, até porque o Dr. Carvalho da Silva falou muito em revolução, que sinto que agora temos uma revolução silenciosa, mas no sentido contrário. Isto é, existem pessoas que trabalham dezasseis horas por dia, chegam a casa e trabalham até à meia-noite. As novas tecnologias nem sempre são boas, têm trazido coisas terríveis. As pessoas trabalham no fim-de-semana. Eu estou ali a ver aquela imagem que é de Lisboa, mas faz-me lembrar Londres no tempo da Revolução Industrial. Se nós voltarmos atrás e compararmos os anos da Revolução Industrial com os anos de agora, nalgumas profissões as pessoas estão a trabalhar se calhar mais do que no tempo da revolução industrial, não todas, obviamente, mas isso preocupa-me um bocado.

O que é que acontece? As crianças não têm tempo para estar com os pais. Eu dei aulas em vários sítios – eu sou professor de Música – e vejo que o que acontece é que nos meios mais favorecidos, como, por exemplo, em Telheiras, havia crianças de classes sociais favorecidas que tinham problemas afectivos e emocionais que tinham a ver, precisamente, com o número de horas dos pais no local de trabalho. Noutros sítios, como na Musgueira, em Camarate, em sítios socialmente mais problemáticos, havia também esses casos de abandono, que tinham também uma relação com a falta de apoio dos pais às crianças. Temos de pensar a escola e para melhorar a escola devemos melhorar a sociedade e, nesse sentido, eu acho que, se calhar, é importante dar mais condições aos empregos das pessoas.

Já agora, só para acabar, falou-se aqui, por exemplo, da precariedade absoluta do emprego público; o Dr. Carvalho da Silva falou disso. Parece que o emprego público tem caminhado para uma precariedade cada vez maior e isso está a acontecer com os professores. Eu, se estivesse agora na universidade, se calhar, desistia e mudava de curso. Não iria para um curso de educação, ia fazer outra coisa. Eu acredito que podem existir bons pedagogos, também existem pedagogos virtuosos, mas esses pedagogos, se calhar, nos próximos anos não vão enveredar por esse caminho e, provavelmente, vamos perder muitos valores em educação. Muito do potencial do ensino vai perder-se, porque não é motivante ensinar hoje em dia, com as políticas educativas que temos.

Pedro d'Almeida Freire – Vou ser muito sintético, dando nota de algum optimismo relativamente a uma ideia que pode ter ficado de algum pessimismo, relativamente à questão da formação dos activos.

Eu queria referir dois pontos.

Primeiro, recordar que quando se pôs a questão de fazer acordos bilaterais entre as confederações de trabalho e as sindicais não foi por acaso que se escolheu, como primeiro, e único que foi feito, um acordo sobre formação, que foi relativamente fácil de obter e que, aliás, teve uma característica inovadora – também foi assinado pela CGTP.

Outro aspecto positivo que não queria deixar de referir é que se está a trabalhar nesse aspecto com alguma seriedade. Por exemplo, nós temos um trabalho de parceria, que inclui a CGTP e a UGT, precisamente para a elaboração de um plano plurianual, sectorial, de formação.

Uma última observação, essa não é tão positiva. Eu ouvi com alguma surpresa o Dr. Carvalho da Silva referir que nas nossas conversas, o lado patronal, só estava preocupado com as grandes empresas. Explicámo-nos mal, com certeza. A nossa preocupação, do ponto de vista de formação, é precisamente com as pequenas empresas. Ou seja, a nossa preocupação é que num universo empresarial em que cerca de 93 %, ou provavelmente mais, das empresas portuguesas são pequenas empresas, sem estruturas

preparadas para elaborar planos de formação, sem disponibilidade, para enviar os seus trabalhadores para fazer formação, etc. Essa é a nossa grande preocupação, não as grandes empresas. De um modo geral, as grandes empresas, até já têm sectores de formação, em alguns casos já têm até Centros de Formação próprios bastante desenvolvidos, e não vou agora estar a referir casos. A Mabor não é a única, há muitas outras empresas que têm Centros de Formação próprios há já bastante tempo. A nossa preocupação não se reporta às grandes empresas, mas sim às pequenas empresas.

Manuel Carvalho da Silva – Eu percebo a observação feita pela Senhora Doutora sobre o ajustamento contínuo do sistema. Nós estamos a viver num tempo concreto e é neste tempo que temos de actuar, que temos de fazer ajustamentos, embora a palavra ajustamento também se possa prestar a interpretações dúbias.

Pretendo chamar a atenção para uma reacção mais forte a esta ideia das mudanças aceleradas nos conduzirem a uma situação em que há alguém (entidades difusas associadas às dinâmicas da globalização em curso) que pensa por nós e que tudo determina. Não pode ser, cada cidadão tem que intervir e os actores nos diversos espaços têm que intervir, umas vezes para confirmar mudanças, outras para conservar situações adquiridas. A mudança do ser humano é muito mais lenta do que o que nos querem fazer crer com esses discursos. Nós vivemos neste planeta concreto que é a Terra, e o nosso esforço de manter equilíbrios na relação metabólica Homem/Natureza e Sociedade/Natureza, tem de ser efectivo, valorizando todos os conhecimentos e a ciência.

Há armadilhas perigosas no discurso dominante sobre o binómio conservação/mudança. Dou um exemplo a partir do trabalho. Alguns (gestores, políticos, etc.) dos que reclamam que hoje não há possibilidade de salvar, para o comum dos trabalhadores, certos direitos no trabalho (faamos de coisas práticas como indemnizações em caso do desemprego, ou direito a salários mínimos), não aplicam a eles próprios essas receitas. Aliás, pelo seu poder, tomaram apenas para eles dimensões fundamentais do Direito do Trabalho. Esta é uma subversão muito concreta que precisa ser

analisada. Dizem que *“não deve haver indemnizações no caso de despedimento, isso está desajustado, isso agora não pode ser assim”*, mas se formos ver para aqueles que têm uma relação de trabalho por conta de outrem em patamares elevados de poder, a cláusula mais importante dos seus contratos é a cláusula de rescisão e as indemnizações a ela associadas.

Observemos isto. Aqui há dois ou dois anos e meio, o responsável-mor do grupo *Carrefour* foi despedido em França, foi despachado pelos accionistas. Porquê? O grupo estava a ter maus resultados. Entretanto, a sua cláusula de protecção, em caso de rescisão de contrato, permitiu-lhe receber uma indemnização correspondente a 25 684 salários mínimos franceses. Isto é uma apropriação da essência do Direito de Trabalho, que querem negar ao comum dos trabalhadores, mesmo quando estes cumprem com empenho as suas obrigações.

Quanto à estabilidade de vida, em regra, os que receitam precariedades e instabilidades, estão bem instalados e têm boas almofadas de protecção. São tantas as bóias de que dispõem, que não sentem qualquer problema; se uma for desactivada está outra ali ao lado a que deitam a mão. É disto que nós estamos a falar.

Uma nota sobre o problema dos currículos, que é um tema interessantíssimo. Não há soluções nos currículos desligadas da evolução no terreno, da observação da realidade, dos meios económico, social, cultural e político, inerentes ao desenvolvimento da sociedade.

E concluo, dizendo que estamos num processo que é global, com dimensões diferentes daquelas que se viveram no final do século XIX, ou há décadas atrás, mas atenção, porque podemos estar num caldeirão social com conteúdos estruturais muito idênticos aos que se manifestaram no processo da Revolução Industrial, agora mais complexos e com muito maior amplitude.

João Proença – Vou fazer alguns comentários breves e o primeiro é sobre este conceito de mudança. Estão a ocorrer mudanças na sociedade e na economia e, é evidente, que isso implica mudanças noutras áreas. Agora,

temos de ter presente que muita coisa não muda, que nem tudo está a mudar ao ritmo desejado e que não podemos confundir ajustamentos com reformas, em que estas têm uma missão mais profunda e que, por vezes, põem em causa muito do que existe. Foi nesse sentido que eu disse, no início, que actualmente não está em causa uma reforma do sistema educativo, estão em causa mudanças para atingir objectivos específicos.

Convém, também, ter presente que quando não há mudanças, muitas vezes, há rupturas e rupturas sérias. Por exemplo, hoje para se defender o modelo social europeu tem, necessariamente, que haver ajustamentos, tem de haver mudanças, mudanças profundas, que têm a ver com as mudanças que ocorrem na sociedade e na economia no quadro global da competição, porque se não houver respostas, há rupturas que poderão provocar prejuízos sérios.

A segunda questão é a dos currículos. Houve uma alteração curricular há pouco tempo e é necessário ver as consequências das mudanças, analisá-las, avaliá-las e depois introduzir eventuais ajustamentos. Mas não deve estar em causa, neste momento, nenhuma alteração profunda curricular, sob pena de se criar uma grande instabilidade no sistema educativo que prejudicará todos, não só os envolvidos na comunidade educativa mas também fora dela.

Na valorização dos activos, é fundamental o reconhecimento de competências e a valorização dos níveis educativos. Aliás, um dos grandes problemas da sociedade portuguesa é que muitas vezes se reclama um determinado nível educativo ou de qualificação profissional que depois não é socialmente valorizado. Eu já disse, muitas vezes, aos empregadores que hoje há uma grande lacuna em termos de existência de quadros intermédios nas empresas. Os quadros intermédios correspondem a formações do ensino politécnico. Acontece que este tipo de formações é fortemente desvalorizado pelas empresas face às formações universitárias. É um sinal errado que se dá aos jovens. A questão é: como é que se valoriza socialmente o nível educativo intermédio e as qualificações profissionais obtidas?

Devo dizer que também há o outro lado, ou seja, o ter “um canudo” está muito enraizado na sociedade portuguesa: “*eu sou engenheiro de qualquer coisa, eu só aceito ser engenheiro de qualquer coisa e tenho direito a estar empregado como engenheiro de qualquer coisa*”. Não será bem assim, tem de se ver esta questão, que atinge também os professores.

Quanto ao Processo de Bolonha, ele implica formações de base geral nos três primeiros anos, para haver mobilidade entre os países e instituições universitárias. Depois, segue-se a especialização claramente integrada na universidade. Tenho notado que, na maior parte das vezes, as universidades criam pós-graduações e mestrados como método de financiamento das universidades. Era importante interiorizar que é fundamental orientar este tipo de pós-graduações e mestrados para acções depois das pessoas terem passado pelo ambiente de trabalho e não uma continuação normal da actividade educativa, em certa medida, encerrada pelo processo da licenciatura. Haverá sempre pessoas que para prosseguirem carreiras universitárias ou outras terão de aprofundar os conhecimentos adquiridos. Há que reavaliar o facto da pessoa considerar que o mestrado e o doutoramento fazem parte do processo educativo normal e questionar se não deveria haver aqui um *intermezzo*, não deveria haver práticas profissionais pelo meio.

O que hoje se passa na escola é afectado pelo que se passa fora da escola, nomeadamente, as novas precariedades que surgem. O problema do ensino infantil está muitas vezes relacionado com o trabalho domiciliário, sendo muito difícil controlar este tipo de fenómenos.

Hoje, sobretudo nos primeiros anos de vida profissional, os quadros sujeitam-se a horários completamente absurdos e impossíveis de controlar dada a forte pressão patronal, ao mesmo tempo que se assiste nos próprios quadros a uma forte individualização profissional.

Relativamente aos professores deseja-se maior estabilidade na profissão, necessariamente, mas também tem de haver alguma mobilidade. O problema é combinar a estabilidade com a mobilidade, entendendo esta última como mobilidade interna no sistema e não a mobilidade que tem a ver com a chamada mobilidade externa, com despedimentos. Não é

problema só dos professores; é um problema geral. A segurança no emprego deve ser combinada com mobilidade interna profissional. No sistema educativo vai, em breve, colocar-se o problema da polivalência das funções, ou seja, o professor não ter uma área muito específica de ensino, mas sim uma área mais alargada, integrando o trabalho em equipa.

Quanto à questão levantada pelo Dr. Pedro d'Almeida Freire, direi que valorizamos muito a forma como estão a ser elaborados os planos sectoriais de formação, porque são importantes para o futuro, mas temos de ter presente que eles não dispensam os planos de formação nas empresas. Estas têm obrigação de definir objectivos face à política de formação que conduzem internamente. O plano de formação sectorial cria um quadro geral que favorece determinados caminhos e percursos, permite mobilizar meios, recursos humanos e definir caminhos em termos de percursos, de perfis e de actividades de formação. Depois, a empresa tem de preparar uma aplicação concreta, mas, infelizmente, muitas vezes estas não têm planos de formação. E estes deviam ser objecto de informação e consulta das organizações de trabalhadores. As actividades de formação não deviam aparecer como actividades avulsas em que os trabalhadores não percebem a sua utilidade.

Concluo, salientando que um dos problemas fundamentais da formação em Portugal tem a ver com as grandes carências existentes em termos da formação contínua. Temos pouca formação contínua e muito orientada só para alguns, só para os mais qualificados. Nas áreas onde existem trabalhadores pouco qualificados, o acesso à formação contínua é praticamente nulo. E esse é um problema sério, o de garantir o direito à formação contínua, para todos.